

O MAPA DO BRASIL NÃO É O BRASIL

The map of Brazil is not Brazil

Jorge Luiz Barcellos da Silva¹

Nestor André Kaercher²

RESUMO

Esse texto questiona as mensagens que os mapas trazem assim como o significado de representação cartográfica nas aulas de Geografia. Identifica no contexto de leitura da cartografia geográfica do IBGE como o Estado brasileiro constrói um olhar parametrizador sobre o território nacional e os brasileiros. Lança questões sobre a maneira como a ideia de Brasil tem sido concebida e construída nas aulas de Geografia e pondera sobre quem é o sujeito que constrói a representação assim como os conceitos que surgem dessa maneira de olhar. Dimensiona a importância do professor de Geografia ter clareza no que se refere a identidade do discurso geográfico, objetivos pedagógicos, articulação conceitual e linguagens tratados na construção de suas aulas.

Palavras-chave: Mapa. Território brasileiro. Aula de geografia.

ABSTRACT

This paper questions the messages that maps bring forward as well as the meaning of cartographic representation in geography lessons. We identify how Brazil builds up a customized look gaze about the national territory and Brazilians through the reading of geographical maps by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). We also spur questions about how the idea of Brazil has been conceived and built in geography lessons and consider who is the subject that builds these representations as well as the concepts that arise from this point of view. We assess the importance of clearance regarding identity of geographic discourse, pedagogical aims, conceptual articulation and languages that are approached in creating lessons by geography school teacher.

Keywords: Map. Brazilian territory. Geography lessons.

1 Professor Adjunto do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Campus Guarulhos. jorge.barcellos@unifesp.br.

✉ Estrada do Caminho Velho, 333, Pimentas, Guarulhos, SP. 07252-312.

2 Professor Associado da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). nestorandre@yahoo.com.br.

✉ Av. Paulo Gama, s/n, Prédio 12201, 9º andar, Farroupilha, Porto Alegre, RS. 90046-900.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é duplo: questionar uma série de mensagens que os mapas nos trazem, ainda que de forma bastante sutil e, por isso mesmo, eficazes, bem como, refletir sobre o significado das representações cartográficas nas aulas de Geografia.

Muitas vezes, o ensino de Geografia tem sido confundido, até mesmo por nós, professores, com o mapa. Basta alguém, numa escola, ver um mapa e, logo associa tal desenho, com as aulas de Geografia.

O paradoxal é que temos visto, em nossa prática de docentes do ensino superior que preparam futuros professores que ensinam Geografia, uma significativa lacuna sobre o significado dos mapas no ensino Fundamental, Médio e Superior. É possível afirmar que o professor não está levando em conta o papel pedagógico das representações cartográficas dos fenômenos que caracterizam as aulas de Geografia.

Nesse sentido vale enfatizar: entendemos a dimensão pedagógica como um movimento que não se limita a aspectos de instrumentação do ensino por meio de técnicas específicas. Trata-se “[...] na verdade, de trazer as questões e particularidades relativas aos conteúdos para dentro da discussão pedagógica e, assim, as técnicas e os conteúdos específicos transformar-se-ão em meios e não em pontos de chegada” (SILVA; LEITE, 2000, p. 15).

Os mapas normalmente não são vistos como verdadeiros textos que contém um conjunto de traços de diferentes significados que, por sua vez, necessitam ser entendidos por parte do leitor. Quando um aluno não consegue perceber, por exemplo, que as cores num mapa de relevo do Brasil estão querendo representar as diferentes intensidades de ocorrências da distribuição de um fenômeno e esse mesmo aluno não consegue dar significado a distribuição desse fenômeno que ele

está identificando, fica claro que não existe o domínio desses códigos básicos dessa linguagem. O aluno não sabe ler o mapa.

É exatamente aí que pulsa o papel que nós professores temos de exercer junto aos alunos. Ensinar como se lê o significado das cores, traços, proporções e demais signos que os mapas apresentam constitui-se numa etapa do processo de alfabetização dos alunos. Esta será consolidada, como aula de Geografia quando o aluno, além de identificar o que quer dizer as cores, os traços, proporções e demais signos que estão no mapa, ele consiga entender o significado da distribuição territorial dos fenômenos que ali estão representados.

Por esse motivo a necessidade da alfabetização geográfica é importante. Os alunos devem aprender a ler o espaço geográfico por meio do uso de diferentes linguagens. Dos mapas aos textos é importante que oportunizemos ao aluno o desenvolvimento da observação, identificação descrição, desenho, interpretação, comparação, análise, criticidade (e outras habilidades), por meio dos conteúdos que são pertinentes a cada série. Dessa maneira vai-se capacitar o aluno a possibilidade de ler os lugares, construindo conceitos geográficos, e fundamentalmente esclarecendo o que cada lugar significa. Para que serve, como serve, para quem serve esses lugares qual relação deles com nossas vidas.

Essa ação, de ver o mapa como um texto, que precisa ser decifrado, não acontece via de regra. O que é marcante nas aulas de Geografia é a maneira como os mapas são apresentados aos alunos. Geralmente as imagens dos mapas são tomadas como a realidade. O Brasil passa a ser o mapa.

A aparência geométrica (a forma) passa a ser a referência do que é o Brasil. O que fica demarcado é um conjunto de pontos isolados (sejam cidades, rios, hidrelétricas, picos elevados ou florestas) que não tem

O mapa do Brasil não é o Brasil

Jorge Luiz Barcellos da Silva e Nestor André Kaercher

relações entre si. O mapa dessa maneira congela o movimento, além de ocultar conflitos. Dá indícios pela leitura exclusiva da forma (aparência geométrica), que não há relações entre os elementos que representa.

Por essas constatações iniciais, o texto quer convidar os professores a refletirem sobre a importância da leitura e uso dos mapas em sala de aula. Saber ler o que eles significam é uma maneira do aluno se ver inserido no espaço geográfico, assim como constatar que cada mapa apresentado é sempre uma representação de alguém que quer revelar ou esconder o que acha significativo. Em suma, o aluno precisa ser instrumentalizado para refletir se o mapa é uma ilustração fiel à realidade.

O BRASIL É O MAPA?

A figura 1 veicula a ideia de que há uma ordenação das diferentes particularidades que compõem o Brasil. Enquanto se verifica a possibilidade de se identificar e localizar portos, aeroportos, gasodutos, rodovias, terrenos inundáveis e, principalmente, os limites interestaduais, regionais e internacionais, o que se observa, de fato, é que há uma representação do território e ela indica certo tipo de arrumação.

Essa representação cartográfica induz o leitor a interpretar o país pelo aparente. O tamanho, a localização e a posição no globo. Por uma opção metodológica concebe-se o país a partir das suas dimensões. A extensão fica sendo o princípio que reforça a ideia de

Figura 1 – Divisão político-administrativa do Brasil

Fonte: IBGE, 2013. Disponível em: < http://atlas escolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas_brasil/brasil_politico.pdf >. Acesso em: 25 mar. 2013.



Brasil. As linhas que identificam fronteiras e vias de circulação parecem estáticas. Os pontos que identificam as cidades, portos, aeroportos e gasodutos estão distribuídos no espaço delimitado e qualificados pelas suas proporções. A percepção do espaço geográfico brasileiro assemelha-se àquela do espaço geométrico.

Distância, superfície e linhas são termos de forte conotação da matemática. São termos de uma linguagem que interpreta o mundo pelo viés da quantificação e da geometrização. Daí decorrem as consequências de avaliarmos o Brasil por esta perspectiva. Uma identidade que se assenta na formalidade de linhas e números. Uma quantificação que ao se tornar referência para compreender o Brasil oculta processos que envolvem os homens e mulheres nos seus movimentos diários, isto é, nos seus arranjos territoriais cotidianos.

Podemos afirmar que o Estado, ao se expressar através de imagens (IBGE; CNG, 1949) e de representações cartográficas, cria uma perspectiva junto aos indivíduos de que a identidade do país chamado Brasil é o que está contido no mapa. A intensa divulgação do mapa do Brasil reforça a leitura de que o Estado-nação brasileiro faz de sua soberania por meio de sua territorialidade. Enfim, para a maior parte das pessoas o mapa é o Brasil.

Mas será mesmo?

COMO ENTENDEMOS A CARTOGRAFIA GEOGRÁFICA DO IBGE

Os discursos geográficos e os mapas elaborados sobre o Brasil encontram no IBGE importante fonte de fundamentação. Este órgão estatal cumpre um papel deveras interessante no que se refere às sistematizações de representações do Brasil. Como uma matriz vai paulatinamente, por meio de textos, mapas e outras formas de comunicação, alinhavando uma visão de Brasil.

As leituras geográficas perpetradas pelo IBGE podem ser avaliadas como verdadeiros instrumentos de conhecimento e comunicação sobre o que é o Brasil. Essas interpretações constituem-se uma forma (e conteúdo) de exercício de poder, como nos mostra Bourdieu

[...] não basta notar que as relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre, relações de poder que dependem, na forma e conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidos nessas relações e que [...], podem permitir acumular poder simbólico. É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os 'sistemas simbólicos' cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a 'domesticação dos dominados' (BOURDIEU, 1989, p. 11).

A partir do que foi exposto acima é possível estabelecer uma analogia. As representações que possibilitam leituras geográficas do Brasil, tomando por base o IBGE, cumprem numa dimensão mais ampla: a função política de legitimação de uma visão da realidade. Os mapas, por exemplo, podem ser vistos, como nos indica Bourdieu, como instrumentos que asseguram a supremacia de uma classe sobre a outra, e, principalmente, normatizando uma visão de Brasil para aqueles que não detêm o poder.

É importante salientar – mais uma vez – que nem sempre fica claro, para o leitor, quem é quem nesse processo de construção/ interpretação de Brasil. A tensão existente nas relações entre classes sociais e frações de classe, mais os mecanismos de ocultação de identificação dos sujeitos, geralmente encobrem o papel do Estado, das classes sociais e da própria dinâmica das arrumações territoriais cotidianas da sociedade.

O mapa do Brasil não é o Brasil

Jorge Luiz Barcellos da Silva e Nestor André Kaercher

Os mapas se caracterizam por ser uma interpretação do real a que se referem. A grande discussão, que nem sempre fica clara, para os leitores, ou seja, para nós professores e para nossos alunos, é que os mapas, para se constituírem, devem distorcer a realidade. Fato que devidamente equacionado não se constitui um problema, item este que desenvolveremos ao longo do trabalho.

Identificar os processos de como se dá a distorção da realidade, assim como quem pode controlar essa distorção, tornam-se a justificativa para assinalar a conveniência no uso dos mapas. Essa linguagem, a cartográfica, exige do sujeito que dela se utiliza a alfabetização, a capacidade de decodificação dos signos que estruturam os mapas. Assim como a clareza quanto às concepções (para quem, como e por quê?) que estão em jogo na elaboração/divulgação desses documentos. Ninguém elabora um mapa de forma neutra.

Por esses motivos as compreensões da forma de representação assim como o entendimento das fundamentações e explicitação das finalidades criam em torno da questão cartográfica um significado impar. Em suma “a representação é sempre uma forma de olhar” (SANTOS, 2000, p. 191).

A questão delicada da representação já é indicada por Lefebvre (1983) quando este procura refletir as questões relacionadas ao tempo:

A medição supõe um instrumento especial, o relógio, assim como uma unidade convencional, a hora. A medição do trabalho não é o trabalho, da mesma maneira que a medição do tempo não é o tempo. Há, portanto representação, porém o relógio, objeto material, é o seu meio de suporte. O qual estabelece uma grande distância entre representação e a ideologia, ainda que o relógio implique uma ideologia; serve para transformar o tempo cíclico dos dias e das horas em tempo linear homogêneo; permite avaliar este tempo homogêneo em dinheiro, outra abstração concreta homogeizante, suporte de toda uma sociedade enquanto esta

predomina geradora de representações” (LEFEBVRE, 1983, p. 33 – tradução livre)

Na citação acima fica evidente que no estudo das representações não devemos tomá-las como a própria realidade, embora dela faça parte. Isto é, o relógio não é o tempo; é o objeto pelo qual o tempo vem a ser representado. Da mesma maneira podemos refletir que o mapa não é o país chamado Brasil, mas sim, um instrumento de representação da realidade.

Ainda, é importante frisar como nos mostra Lefebvre que

As representações não podem ser percebidas somente como alterações do real e do verdadeiro, como se fossem máscaras, como são vistas normalmente pela teoria habitual das ‘ideologias’. O modo de existência das representações só se concebe tomando em conta as condições de existência de tal ou qual grupo, povo ou classe. Procedem de uma conjuntura ou conjunção de forças em uma estrutura social em que existem grupos, castas, classes, porém se dirigem a toda a sociedade; representam a figura, a imagem que um grupo (ou casta, ou classe) dá de si, umas vezes para os demais, outras vezes para si, sem que uma coisa exclua a outra (LEFEBVRE, 1983, p. 60 – tradução livre).

O Estado brasileiro ao efetuar a leitura da sua arrumação política-administrativa (figura 1), oferece imagens as quais perpetuam a dominação, fazendo com que as finalidades e interesses se diluam. O uso de uma padronização (via quantificação e geometrização) das relações existentes nos mapas (e outros registros) da sistematização de leituras que desvendem o jogo de simulações/dissimulações que o Estado vai construindo na manutenção de sua hegemonia. Dificulta o entendimento de que em cada lugar há uma diferencialidade, isto é, em cada lugar em virtude da maneira como as pessoas vivem, se

relacionam, o seu ritmo de vida constrói/organiza o território, criando paisagens diferentes. Os lugares não têm a mesma organização territorial. Representá-los da mesma maneira, no mínimo dificulta a discussão sobre por que uma organização territorial é diferente da outra.

Diante de tudo isso que foi exposto fica a seguinte pergunta: o que se deve levar em conta para compreender os mapas?

Se há clareza de que o mapa é sempre uma distorção da realidade a partir do sujeito que o constrói, é importante realçar os mecanismos de distorção de que nos fala Boaventura (2000, p. 201): “[...] os mapas distorcem a realidade através de três mecanismos principais: a escala, a projeção e a simbolização”.

No mapa do Brasil exposto acima (figura1), a escala escolhida indica uma opção sobre o nível de detalhamento e as suas características mais marcantes. Ao mostrar a localização do que considera a infraestrutura do país, faz uma escolha, eliminando as tensões que envolvem as relações sociais que dão dinamismo a esses lugares.

Para o leitor, a identificação do Brasil, na escala utilizada, se constrói a partir da aparência. Ao localizar, por exemplo, rodovias e rios, o que sobressai aí é a forma. Esta ao se destacar consolida o processo de anulação dos sujeitos envolvidos no processo.

Essa decisão subsidia a intencionalidade sobre o tipo de uso do mapa. No caso, o Estado ao divulgar o mapa como oficial, busca mostrar o arranjo territorial a partir de sua geometria. Isto é qualifica o espaço geográfico de maneira quantitativa. A forma, sendo destacada, descaracteriza as relações sociais presentes no dia-a-dia dos homens e mulheres que compõem a sociedade brasileira.

Mas esse problema da escala não é menor do que ao que se refere ao da projeção. O mapa do Brasil (figura 1) foi construído por meio da projeção policônica³. A transformação das linhas curvas da Terra em linhas planas ocorre sempre a partir de um grau de distorção das áreas e distâncias lineares e a preservação das distâncias angulares.

Essa projeção normalmente é utilizada para representar pequenas áreas. Por não respeitar as angulações (observe a intersecção entre paralelos e meridianos, pautadas por uma angulação de 90 graus) não é uma representação indicada para orientar rotas. No caso do Brasil (que não pode ser considerado uma pequena área) a escolha possivelmente se fundamentou na ênfase que dá à dimensão territorial.

Além disso, é possível chamar a atenção para a exposição dos estados da União ordenados a partir da identificação de suas fronteiras. A visualização dos limites entre os estados da Federação, sem sinalização de questões pendentes sobre as localizações das linhas demarcatórias, permite a conclusão de que esses territórios compõem uma nação harmoniosa, assim como o entendimento de que essas vastas extensões de terra não apresentam tensões sobre sua posse e utilização.

Por último, é importante apontar a simbologia utilizada no mapa do Brasil em análise. A simbolização é “o terceiro grande mecanismo da representação/distorção cartográfica da realidade” (SANTOS, 2000, p. 204). Representar os elementos e as características da realidade em questão exige do sujeito, que elabora o mapa, um sistema de sinais

³ Projeção que apresenta o meridiano geográfico central através duma linha reta, ao longo da qual o espaçamento das linhas correspondentes aos paralelos geográficos é proporcional às distâncias entre os paralelos. Os paralelos são representados por arcos de círculos não concêntricos, mas cujos centros ficam na linha que representa o meridiano central, e cujos raios são determinados pelos comprimentos dos elementos dos cones tangentes ao longo dos paralelos. Todos os meridianos, exceto o central, são curvos. A projeção não é conforme nem equidistante, mas vem sendo largamente usada em mapas de pequenas áreas, por causa da facilidade da sua construção (OLIVEIRA, 1987).

O mapa do Brasil não é o Brasil

Jorge Luiz Barcellos da Silva e Nestor André Kaercher

que diretamente irão anunciar o contexto e as finalidades para o qual o documento se destina.

Os rios indicados no mapa do Brasil (figura 1) não estão classificados, por exemplo, no que se refere às consequências do ritmo urbano industrial que caracteriza a sociedade brasileira. As vias de circulação ligam diversas partes do território entre si, mas não indicam as possibilidades de quem pode utilizá-las. Muitas rodovias do país são passíveis de serem utilizadas a partir do pagamento de pedágios que, por sua vez, selecionam a fluidez.

As cidades, por sua vez, são representadas por círculos de diferentes tamanhos, uma padronização geométrica que pode ocultar não só a real localização de cada uma delas, como também o significado do seu tamanho. Representar todas as cidades com a mesma forma e padrão torna-as todas iguais e isso não permite dimensioná-las na sua diferencialidade.

O conhecimento dos mecanismos de representação/distorção da realidade impede a perigosa afirmação da arbitrariedade das representações. A exposição acima indica um cuidado muito grande no trato com as leituras cartográficas. Isto é, a utilização de mapas, a partir do equacionamento dos mecanismos que caracterizam essa tipologia de linguagem permite situar/insere o indivíduo/classes sociais/movimentos sociais nos seus lugares no mundo. Desloca os sujeitos para além de uma posição de observação, tornando-os protagonistas dos processos sociais que estão envolvidos.

Por esses motivos elencados acima é que a afirmação elaborada por K. Ohmae, sobre uma possível "ilusão cartográfica" está equivocada.

[...] em uma economia sem fronteiras, os mapas focalizados nas nações que costumamos utilizar para entender a atividade econômica são totalmente enganadores. Precisamos, tanto os gerentes como os formuladores de políticas, encarar finalmente

a verdade embaraçosa e desconfortável: a velha cartografia já não funciona. Ela se tornou uma ilusão (OHMAE, 1996, p. 14).

Afirmar a existência de uma "velha cartografia que já não funciona", demonstra o desconhecimento de que as representações devem ser entendidas, sempre a partir do seu contexto, oriundas de uma estrutura social na qual as classes, a cultura e outras determinações tem um significado fundamental para a análise.

As representações elaboradas por uma ou mais classes sociais, como nos ensina Lefebvre, se dirigem a toda sociedade, representando a imagem que uma classe dá ao mesmo tempo para si e para todos. Existem graus de detalhamento e técnicas que nem sempre são de conhecimento daqueles que utilizam essa linguagem. Isto é, as representações e distorções que um mapa contém indicam o exercício do poder.

É por esse prisma que as representações que o Estado desenha e reproduz vão aos poucos fundando uma concepção de Brasil. Um lugar que se traveste com a identidade, razão e formas de acordo com as intencionalidades do poder hegemônico.

Por essas razões é que afirmamos que as leituras que efetivamos sobre a territorialidade brasileira e que tem como base uma cartografia que o Estado deseja, oculta contradições, exaltando os aspectos que compõem a estruturação do território e fundamentalmente, construindo uma identidade. Esta identidade (nacional), por sua vez, não expressa as diferenças existentes entre as várias partes que compõem o todo chamado Brasil. As diferencialidades (o baiano, o gaúcho, o paraense, o cearense) se diluem num sentimento de identidade nacional brasileira. O estado reconstrói a identidade dos indivíduos dizendo a eles o que são a partir dos lugares em que estão. As particularidades de cada lugar e, por conseguinte, as identidades que os homens e mulheres vão construindo no seu viver não se expressam.

Na maioria das vezes os professores de Geografia usam a cartografia (linguagem) para representar a territorialidade brasileira, tendo o

O mapa do Brasil não é o Brasil

Jorge Luiz Barcellos da Silva e Nestor André Kaercher

Estado como um dado a priori, onde não há nenhuma pergunta sobre quem são os sujeitos que o compõem e seus respectivos interesses. Tal fato induz aos leitores à dificuldade de se identificar o sujeito que constrói a representação e distinguir esta da realidade⁴.

INDO PARA OS FINALMENTES

Queremos convidar nossos colegas ao uso constante dos mapas em nossas aulas. Mas, além de levá-los à sala é preciso que construamos com nossos alunos, os significados para aquele conjunto de cores, linhas e pontos que caracterizam um mapa. Como sinalizamos ao longo do texto, ler um mapa geograficamente passa pelo entendimento do significado da simbologia, assim como do desvendamento do significado da distribuição fenômenos representados. O mapa é um texto com muitas leituras possíveis, não deve ser entendido como um conteúdo escolar a ser vencido. É um instrumento (é uma linguagem) para ponderarmos sobre o significado da territorialidade do poder. Quem não aparece no mapa, não está representado, parece não existir.

É necessário refletir sobre a nossa concepção de ensinar e aprender, caso contrário vamos continuar dando aula de “escala” como se fosse um problema de matemática. Além de desperdiçarmos ótimas situações pedagógicas, corremos o risco de aborrecermos os alunos

⁴ A literatura escolar geográfica é um manancial importantíssimo a fim de avaliarmos os fundamentos teórico-metodológicos que estruturam as formas e conteúdos de entendimento do Brasil a partir da sua ordenação territorial. A característica em muitos casos ainda é aquela voltada exclusivamente ao senso comum, isto é, o Estado é um conceito que já vem pronto sem menções sobre a sua processualidade histórica e geográfica, assim como a não identificação de sujeitos que o compõem. Exemplos dessa lacuna são “Geografia Paisagem e Território” de Demétrio Magnoli e Regina Araújo (2001, p. 374) e “Brasil Sociedade e Espaço” de José William Vesentini (2001, p. 56).

com a quantificação de um conceito sem invocar as possibilidades qualitativas de uso das escalas de representações para ocultar ou realçar certos fenômenos, conforme os interesses do sujeito que elabora o mapa.

Repensar a nossa prática docente, ponderando sobre as identidades da Geografia escolar, objetivos pedagógicos, articulação conceitual e linguagens significa buscar leituras geográficas mais densas, isto é: aquelas que indagam sobre os significados que as localizações dos lugares têm em nossas vidas. Isso por sua vez pode dar às aulas de Geografia outro sentido para quem nos ouve. 

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. (Trad. Fernando Tomaz) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **Atlas Nacional do Brasil 2000**. 3ª ed. Rio de Janeiro. IBGE. 2000.

_____; CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA. **Tipos e Aspectos do Brasil**. 5ª ed. aumentada Rio de Janeiro. Departamento de Divulgação Geográfica e Cartográfica, 1949.

LEFEBVRE, Henri. **La Presencia Y La Ausencia**. México, D.F: Fondo de Cultura Económica, 1983.

MAGNOLI, Demetrio; ARAUJO, Regina. **Geografia Paisagem e Território**. 3ª ed. São Paulo: Moderna. 2001.

OHMAE, Kenichi. **O Fim do Estado Nação**. 4ª ed. (Trad. Ivo Korytowski) Rio de Janeiro: Campus, 1996.

OLIVEIRA, Cêurio. **Dicionário Cartográfico**. 3ª ed. Rio de Janeiro. IBGE. 1987.

O mapa do Brasil não é o Brasil

Jorge Luiz Barcellos da Silva e Nestor André Kaercher

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Crítica da Razão Indolente**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, J. L. B. da; LEITE, N. M. Geografia- Identidade da disciplina
In: **O Ensino de 5ª a 8ª série e o Ensino Médio** – as disciplinas, as

habilidades. Instituto de Estudos Especiais – PUCSP/ Secretaria de Estado da Educação - Amapá. v. 2. 2000, p. 13 – 46.

VESENTINI, J.W. **Brasil Sociedade e Espaço**. 31ª ed. São Paulo. Ática, 2001.

Submetido em Abril de 2013.

Revisado em Maio de 2013.

Aceito em Agosto de 2013.